Publicação: 22/05/2014 às 21:05

Curso qualifica atendimento em casos de violência obstétrica

DEFESA DA MULHER

. - Foto: Cristiane Pastorini/Ascom DPERS

Download HD

Porto Alegre (RS) - Os Defensores Públicos gaúchos participaram nesta quinta-feira (22) do primeiro curso de capacitação em violência obstétrica, promovido pela Defensoria Pública do Rio Grande do Sul, com patrocínio da Associação dos Defensores Públicos do Rio Grande do Sul (Adpergs). O evento tem como objetivo preparar os profissionais para receberem as denúncias e identificarem os casos de mulheres em situação de violência. "É preciso dar visibilidade ao tema", afirma a Defensora Pública Jamile Rodrigues Nehmé de Toledo, Dirigente do Núcleo de Defesa da Mulher (Nudem). Segundo ela, o debate ainda é recente no Estado e ganhou destaque após o caso da dona de casa Adelir Lemos de Góes, de Torres (RS), que foi submetida a uma cesárea contra a própria vontade.

No seminário, os Defensores ouviram palestras sobre o que caracteriza a violência obstétrica e receberam orientações de como proceder nestas ocasiões. "Eu estava justamente esperando este evento para tomar as decisões necessárias", relata a Defensora Pública de Portão, Deisi Sartori. Nos últimos dois meses, foram recebidos três casos de mulheres vítimas na cidade, inclusive uma morte durante um parto induzido que evoluiu para uma cesárea de emergência. A Defensora ainda acompanha denúncias de gestantes de alto risco que não estão recebendo acompanhamento pré-natal especializado. Para ela, estes são os casos extremos: "pelas conversas, vemos que é algo que ocorre diariamente, porém sem o nome de violência obstétrica".

Texto: Cristiane Pastorini/Ascom DPERS

Endereço da página: http://www.defensoria.rs.def.br/conteudo/21646

Outras informações

- Defensoria Pública de Canela apura a ausência da prestação de serviço de saúde nos procedimentos traumatológicos de média complexidade aos usuários do SUS
- Defensoria Pública implementa programa Defensores pela Paz propondo verificar a situação estrutural de presídios e revisar processos de execução criminal
- Ampliado local de atendimento da Defensoria Pública localizada no Centro Integrado de Atendimento à Criança e ao Adolescente (CIACA)
- Desenvolvimento do CRDH-DPERS e renovação do convênio são pautas de reunião com Coordenador dos CRDH's do Ministério dos Direitos Humanos do Governo Federal